



ATA NÚMERO 08/2013

1 Aos vinte e nove dias do mês de julho do ano de dois mil e treze, com início às quatorze
2 horas, na Sala do Conselho Universitário, sito à Praça Sete de Julho, 180, realizou-se sessão
3 ordinária do Conselho Universitário - CONSUN da Universidade Federal de Pelotas,
4 convocada e presidida pelo Professor **Mauro Augusto Burkert Del Pino**, Magnífico Reitor,
5 com a participação dos seguintes conselheiros: **Antonio Carlos de Freitas Cleff**, Pró-Reitor de
6 Administração; **Gilson Simões Porciúncula**, Pró-Reitor de Infraestrutura; **Rosane Maria dos**
7 **Santos Brandão**, Pró-Reitora de Assuntos Estudantis; **Antonio Carlos Martins da Cruz**, Pró-
8 Reitor de Extensão e Cultura; **Sérgio Baptista Christino**, Pró-Reitor de Gestão de Recursos
9 Humanos; **Rita de Cássia Moreira Cossio Rodriguez**, no exercício da Pró-Reitoria de
10 Graduação; **Luciano Volcan Agostini**, no exercício da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-
11 Graduação; **Luiz Osório Rocha dos Santos**, Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento;
12 **Edar da Silva Añaña**, Diretor da Faculdade de Administração e Turismo; **Ledemar Carlos**
13 **Vahl**, Diretor da Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel; **Antonio César Silveira Baptista da**
14 **Silva**, Diretor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo; **Alexandre Fernandes Gastal**,
15 Diretor da Faculdade de Direito; **Lúcia Maria Vaz Peres**, Diretora da Faculdade de Educação;
16 **Marilu Correa Soares**, no exercício da Direção da Faculdade de Enfermagem e Obstetrícia;
17 **Jonas da Costa Carvalho**, Diretor da Faculdade de Meteorologia; **Márcia Rúbia Duarte**
18 **Buchweitz**, Diretora da Faculdade de Nutrição; **Márcia Bueno Pinto**, Diretora da Faculdade
19 de Odontologia; **Thomaz Lucia Júnior**, Diretor da Faculdade de Veterinária; **Gladis Aver**
20 **Ribeiro**, Diretora do Instituto de Biologia; **Lorena de Almeida Gill**, no exercício da Direção
21 do Instituto de Ciências Humanas; **Victor Paulo Barros Gonçalves**, Diretor do Instituto de
22 Física e Matemática; **Manoel Vasconcellos**, no exercício da Direção do Instituto de Filosofia,
23 Sociologia e Política; **Rogério Tavares Constante**, no exercício da Direção do Centro de
24 Artes; **Rui Carlos Zambiasi**, Diretor do Centro de Ciências Químicas, Farmacêuticas e de
25 Alimentos; **Odir Antônio Dellagostin**, Diretor do Centro de Desenvolvimento Tecnológico;
26 **Heloisa Helena Duval Azevedo**, Diretora do Centro de Educação a Distância; **Carlos Antonio**
27 **da Costa Tillmann**, Diretor do Centro das Engenharias; **Luis Isaias Centeno do Amaral**,
28 Diretor do Centro de Letras e Comunicação; **Althen Teixeira Filho**, suplente da representante
29 dos Professores Titulares; **Denise Marcos Bussoletti**, representante dos Professores
30 Associados; **Pedro Rodrigues Curi Hallal**, representante dos Professores Adjuntos; **Willian**
31 **Silva Barros**, representante dos Professores Adjuntos; **Celeste dos Santos Pereira**,
32 representante dos Professores Assistentes; **Vanessa Caldeira Leite**, representante dos
33 Professores Assistentes; **Paulo Fernando do Couto Bispo**, representante dos Professores
34 Auxiliares; **Rafael Vetromille de Castro**, representante dos Coordenadores de Cursos de Pós-
35 Graduação; **Sérgio da Silva Cava**, representante dos Coordenadores de Cursos de Graduação;
36 **Edgar Ávila Gandra**, suplente da representante dos Coordenadores de Cursos de Graduação;
37 **Mário Renato de Azevedo Júnior**, representante dos Coordenadores de Cursos de Graduação;
38 **Estela Oliari Garcez**, representante dos Coordenadores de Cursos de Graduação; **Alejandro**
39 **Martins**, representante dos Coordenadores de Cursos de Graduação; **Elizabeth Helbig**,
40 representante do COCEPE; **Eduardo Algayer Osório**, representante Comunitário; **Regia**
41 **Maria Tavares Nogueira**, representante Comunitária; **André Fehrenbach**, **Mariluci de Ávila**
42 **Ferreira**, **Maurício Pelegrini**, **Jonathan Silva** e **Vânia Maria Generoso Silva** (suplente),
43 representantes discentes; **Ediane Sievers Acunha**, **Edimar Gonçalves Ribeiro**, **Gustavo**
44 **Alves Andrade**, **João Paulo Voltan Adamoli** (suplente), **Rosendo da Rosa Caetano**, **Vilson**
45 **Borba Pinto** e **Paulo Koschier** (suplente), representantes dos Técnicos Administrativos. Não
46 compareceram os conselheiros: **Carlos Rogério Mauch**, Vice-Reitor, por estar em férias; **José**
47 **Francisco Gomes Schild**, Diretor da Escola Superior de Educação Física; **Vera Maria Freitas**
48 **da Silveira**, Diretora da Faculdade de Medicina; **Jabr Hussein Deeb Haj Omar**, Diretor do

At.



49 Centro de Integração do MERCOSUL; **Paulo Bretanha Ribeiro**, representante dos Professores
50 Titulares; **Fábio Vergara Cerqueira**, representante dos Professores Associados; **Carolina**
51 **Ziebell Carpena**, representante dos Professores Auxiliares; **Leo Peixoto Rodrigues**,
52 representante dos Coordenadores de Cursos de Pós-Graduação; **Inezita Silveira da Costa**,
53 representante dos Coordenadores de Cursos de Graduação; **Márcia Foster Mesko**,
54 representante dos Coordenadores de Cursos de Graduação; **José Luiz de Pellegrin**,
55 representante do COCEPE; **Carlos Mário Almeida dos Santos**, representante Comunitário;
56 **Renan Martinez e Daniel Filizola**, representantes discentes. Constatada a existência de
57 quorum, o senhor presidente deu início à reunião cumprimentando os novos conselheiros
58 representantes das classes de professores titulares, associados, coordenadores de cursos de
59 graduação e coordenadores de cursos de pós-graduação. Passou a seguir, à análise da pauta.
60 **Item 01 – INFORMES:** 1) O conselheiro Mauricio Pelegrini solicitou incluir um ponto na
61 pauta, sobre ocorrência do processo eleitoral no Hospital Universitário. 2) O senhor presidente
62 informou que na sexta-feira anterior havia realizado reunião com Diretores de Unidades, como
63 consequência da que haviam feito junto aos Diretores, em março de 2013, ara constituição de
64 três matrizes (distribuição de recursos orçamentários para Unidades Acadêmicas, matriz para
65 distribuição de servidores técnico-administrativos e matriz para distribuição de docentes).
66 Havia sido constituídas três comissões para realizar esses trabalhos. Na reunião de sexta
67 haviam discutido as propostas de cada uma das comissões e estipularam um calendário para
68 definição destas matrizes. Esperavam chegar a um consenso e que o resultado pudesse vir a ser
69 apreciado pelo Conselho Universitário. Pretendiam que as próximas reuniões acontecessem
70 ainda no mês de agosto. 3) Informou que naquele dia acontecera uma reunião de outro grupo de
71 trabalho constituído havia quarenta dias, por indicação dos estudantes, que haviam reivindicado
72 um estudo para gratuidade do transporte entre a cidade de Pelotas e o Campus Capão do Leão.
73 O movimento Pé na Catraca representava os estudantes e passados quarenta dias do início dos
74 trabalhos a reunião foi realizado no Auditório da FAEM, para apresentar os movimentos deste
75 grupo de trabalho. O Governo do Estado elaborou um projeto de passe livre para estudantes nas
76 regiões metropolitanas. O projeto foi endereçado à Assembléia Legislativa, que passou a
77 discutir esse tema e, tendo em vista um conjunto muito grande de emendas que o projeto
78 recebeu, o Governo retirou o projeto da ordem do dia da Assembléia, mas mantém a intenção
79 de implementar uma política direcionada ao passe livre nas áreas metropolitanas. Aconteceram
80 duas reuniões com o presidente da Metroplan, mais um conjunto de técnicos com intenções de
81 discutir o tema da qualidade, da manutenção do leito da via que une o trevo da Avenida Três de
82 Maio e Avenida Eliseu Maciel que vai até o Campus e foi constituída uma intenção que
83 resultará em um convênio assinado pela Metroplan e Reitoria, constituindo um grupo que vai
84 estabelecer uma pesquisa que vai estabelecer uma relação desde a origem do local de moradia
85 dos estudantes e também levantamento efetivo do número de usuários estudantes destas linhas.
86 Um conjunto grande de questões que serão firmadas em agosto, baseado na busca da qualidade,
87 dos horários e da trafegabilidade daquele espaço e paralelo a isso o grupo de trabalho
88 desenvolveu duas reuniões para convidar a Prefeitura Municipal, através da secretária Joseane
89 Almeida, da Secretaria de Gestão das Cidades e Mobilidade Urbana e o Engenheiro Jorge
90 Lima Lange, diretor do SESC/SENC, para compor um grupo técnico, junto com professores das
91 Unidades Acadêmicas, que tenham competência nessa área, para que possa ser construído um
92 projeto de ensino, visando fazer um grande levantamento dos dados necessário s para ser feito
93 estudo a respeito de alternativas com o objetivo de melhorar a qualidade, redução da tarefa e
94 quem sabe a gratuidade do serviço. Existe um cronograma de trabalho até o final do ano. 4)
95 Convidou especialmente os Coordenadores dos Cursos de Graduação para a realização de
96 seminário de formação de coordenadores de cursos de graduação, com palestra da Professora
97 Maria Beatriz Luz, ex-Reitora da UNIPAMPA e ex-integrante do Conselho Nacional de
98 Educação. 5) Informou ainda o lançamento de edital para aquisição de equipamentos de
99 laboratórios para os cursos de graduação e compra de material bibliográfico, no valor de total
100 de dois milhões reais, com o objetivo de estabelecer um novo relacionamento entre
101 Administração Central e Coordenações de cursos, em especial no que diz respeito à aquisição



102 de equipamentos e manutenção. Deveria ser aprovado pelos Colegiados de Cursos, pelos NDEs
103 e posteriormente pelos Conselhos das Unidades Acadêmicas. Cada curso poderia apresentar até
104 quarenta mil Reais. 6) A conselheira Márcia Pinto disse que sua dúvida se relacionava às
105 comissões que haviam elaborado matrizes para distribuição de vagas. Lembrou que o trabalho
106 da Comissão de distribuição de técnicos não estava sendo obedecido e solicitou
107 esclarecimentos, pois os técnicos já estavam sendo distribuídos e não de acordo com o trabalho
108 e critérios da comissão. O senhor presidente respondeu que enquanto os critérios da comissão
109 não fossem aprovados pelo coletivo, eles não seriam implementados. Havia tomado um dos
110 preceitos da comissão, que parecia razoável, tendo em vista as consequências dos preceitos bem
111 como a chegada de concursados, que foi de que a metade dos técnicos seriam distribuídos para
112 as Unidades Acadêmicas e metade para a Administração. Utilizaram também o preceito de que
113 foi o compromisso que devolveriam às Unidades Acadêmicas o número de técnicos que haviam
114 sido convidados para trabalhar na Administração. Distribuíram treze técnicos para as Unidades;
115 supriram também algumas demandas de Colegiados de Cursos, onde os professores estavam
116 atuando como técnicos, na cota das Unidades Acadêmicas (em número de três) e para as
117 Unidades Acadêmicas ficou resguardado o número sobrando (43), pois são oitenta e seis vagas
118 distribuídas. Para a Administração Central foram distribuídos 23 técnicos. Em primeiro de
119 maio receberiam mais dezesseis técnicos para a cota da Administração. Foi criado um
120 cronograma de definição da matriz de técnico-administrativos que seria anterior à chegada dos
121 novos técnicos a serem distribuídos. 7) Relatou o ofício do DCE, que solicitava que nas atas das
122 reuniões do CONSUN, no ano de 2013, constasse a fala integral dos representantes discentes.
123 Disse que estariam acolhendo a solicitação do DCE e a idéia era de que as atas realmente
124 retratassem as falas, o que daria um volume bem grande de declarações. 8) Eleição do Conselho
125 do Hospital Escola, do CEng. A eleição do HE havia sido um compromisso da atual
126 administração para os servidores, no sentido de eleger na forma de voto direto a equipe diretiva
127 do HE. A eleição foi feita pelo voto universal e a nova direção já havia sido empossada. Pediu
128 ao conselheiro Carlos Tillmann que desse o informe da eleição do CEng. Este falou que a
129 eleição acontecer nos dias 12 e 13 de julho, com três candidatos a Diretor Geral e dois
130 candidatos a Diretor Adjunto. Ficou colocado como Diretor Geral o Professor Claudio Duarte e
131 o Professor Denis Franco, como Diretor Adjunto. Despediu-se de todos e aconselhou que todos
132 procurassem passar por este fórum, que era engrandecedor. 9) O conselheiro Pedro Hallal
133 perguntou sobre a eleição do CEAD. O senhor presidente respondeu que a Administração
134 recebera da Direção do CEAD uma notificação de que no dia 28 de dezembro haviam realizado
135 uma eleição, cuja direção assinara um termo de que permaneceriam por seis meses no cargo e
136 ao final do período chamariam eleição. No primeiro semestre foi feito um conjunto de reuniões
137 com a comunidade do CEAD e foi indicado que caminhariam para a migração dos Cursos de
138 Graduação do CEAD para as Unidades respectivas, por uma concepção de qualificação e
139 valorização do ensino acadêmico da UFPel. Acolheram a renúncia da equipe diretiva e
140 nomearam uma equipe Pró-Tempore. Pretendia que nas próximas reuniões do Conselho já
141 pudessem ter condições legais de trazer o assunto para debate. Primeiro deverá ser extinguido o
142 CEAD para depois criarem a Coordenação de Educação a Distância. 10) O conselheiro Maurício
143 Pelegrini disse que tinha dúvidas sobre a questão da eleição do HE se retornariam a discutir em
144 algum momento, pois gostaria de entender melhor como havia se dado a implantação do
145 processo, visto que os professores não puderam participar da formação de chapas. Os alunos da
146 Enfermagem, mesmo não estando todos os semestres no hospital, passam boa parte nele e não
147 tiveram acesso à lista de quem poderia votar. Disse que o processo havia sido muito rápido e
148 gostaria de solicitar que o assunto fosse incluído em outra reunião ou no final da presente
149 reunião, para que todos pudessem entender porque a classe docente havia sido impedida de
150 participar de alguma chapa. Em relação à Direção do CEAD, perguntou por quanto tempo
151 duraria a questão Pró-Tempore, pois a seu ver a Professora Heloisa havia feito um ótimo
152 trabalho. O senhor presidente respondeu que em relação ao CEAD, gostaria de deixar o assunto
153 para a próxima reunião, quando seria entregue proposta de Resolução específica sobre o tema e
154 quanto à eleição do HE, poderiam discutir ainda naquela reunião no item outros assuntos.

AT.



155 Dando sequência à reunião, o senhor presidente passou ao **Item 02: Aprovação das Atas 03, 04,**
156 **05 e 06/2013.** Ata 03: Não havendo manifestações a ata foi colocada em regime de votação,
157 sendo aprovada, com abstenções. Ata 04: O conselheiro Edar Añaña solicitou que na linha 218,
158 sua manifestação deveria ser corrigida: disse que da forma como estava parecia ter ocorrido
159 uma provocação gratuita de sua parte aos Pró-Reitores, o que não havia ocorrido. No momento
160 em que havia solicitado que a votação fosse secreta, o conselheiro Gilberto Collares havia feito
161 uma colocação muito incisiva, pedindo que expusesse quais as razões que ele tinha para ter se
162 posicionado daquela forma. Como a ele parecia que nenhum conselheiro necessitasse da
163 outorga do conselheiro Collares para exercer suas prerrogativas, teve que dar uma resposta.
164 Poderia ter feito no mesmo tom, já que se tratava de um revide, mas em consideração ao
165 Conselho, preferiu se manifestar com ironia, dizendo que os Pró-Reitores deveriam se abster.
166 Solicitou que ficasse colocado que a seu pedido de votação secreta, havia acontecido uma
167 interpelação do Pró-Reitor de Planejamento perguntando o porquê de seu posicionamento,
168 havia respondido daquela forma. Não havendo mais colocações, o senhor presidente colocou a
169 ata em regime de votação, que foi aprovada por maioria. Ata 05: Sem manifestações, foi
170 colocada em regime de votação, que foi aprovada com abstenções. Ata 06: Também sem
171 manifestações, foi colocada em regime de votação, que foi aprovada com abstenções. A seguir
172 passou ao **Item 03: Memorando nº 06/2013 do Centro de Gerenciamento de Informações e**
173 **Concursos – Solicitação de indicação do representante do Conselho Universitário, para nova**
174 **constituição do Comitê de Tecnologia da Informação.** O senhor presidente informou que o
175 Comitê tem por objetivo estabelecer a política de informação da Universidade, fazendo um
176 conjunto de análises e inclusive passaria pelo Comitê a aquisição de material de informática e
177 cabia a ele administrar a política de informática para a UFPel. Disse que havia conversado com
178 o Professor Luis Isaias Centeno do Amaral, este se pusera a disposição de integrar o Comitê.
179 Deixou espaço para outras manifestações e indicações. Não havendo manifestações, foi
180 colocado em apreciação o nome do Professor Luis Isaias para representar o CONSUN no
181 Comitê de Tecnologia da Informação, que foi aprovado por unanimidade. De pronto passou ao
182 **Item 04: Processo nº 23110.003605/2012-52 do CD Tec – Criação de nova Unidade Acadêmica**
183 **(Centro de Estudos da Terra).** O senhor presidente disse que na verdade esse era um processo
184 que iniciara a sua tramitação no dia 19 de abril de 2012, havia percorrido algumas instâncias da
185 Universidade, tendo sua origem através de um memorando assinado pelos Coordenadores de
186 Curso de Engenharia Geológica e do Petróleo. Havia sido analisado junto ao Colegiado do
187 CD Tec, depois retornado ao Conselho Universitário, que havia se manifestado no sentido de
188 que o CD Tec se posicionasse a respeito da criação deste novo Centro. O processo não havia
189 retornado à pauta do Conselho e no momento estava sendo trazido para análise da manifestação
190 do Conselho do CD Tec. Fez a leitura da manifestação do Conselho, emitido no dia 30 de
191 novembro de 2012: “A criação de um novo Centro deve ser precedida de uma profunda análise
192 e reflexão sobre a atual estrutura administrativa das Unidades Acadêmicas. O momento que a
193 Universidade vive, em que uma nova equipe se prepara para assumir a Administração Central,
194 não é propício para esta reflexão. A definição de regras claras para constituição de novas
195 Unidades, o que certamente fará parte do novo Estatuto e Regimento da Universidade, permitirá
196 a estruturação de Unidades Acadêmicas sólidas e eficientes. Portanto, nossa posição é de que
197 não deve ser tomada nenhuma definição sobre o tema no presente momento”. Disse que o
198 encaminhamento foi no sentido de acatar o parecer do Colegiado do CD Tec, de não ser criado o
199 Centro de Estudos da Terra e isso certamente poderia retomar esse tema, quando do processo
200 constituinte. Deixou a palavra com o conselheiro Odir Delagostin, para fazer sua manifestação.
201 Este disse que gostaria de prestar mais alguns esclarecimentos, para que todos entendessem o
202 contexto da proposta. Essa proposta surgiu de iniciativa do Professor Novaes, com apoio dos
203 professores dos Cursos de Engenharia Geológica e de Petróleo e Geoprocessamento. Ela previa
204 a criação de outros cursos, novos cursos de graduação neste Centro e não seriam apenas estes
205 três cursos. Seriam inclusive cursos fora de sede, principalmente em Candiota e Pinheiro
206 Machado. Estes cursos não haviam sido criados, pois a proposta não foi acatada e internamente
207 no CD Tec o tema havia sido bem discutido e, pensando no que seria melhor para a

AT.



208 Universidade como um todo, a maioria deliberou por não acatar a iniciativa. O CDTEC é uma
209 Unidade grande e que continuaria viável mesmo sem esses três cursos. Continuaria uma
210 Unidade sólida, portanto não afetaria o CDTEC em si, porém acreditava não ser o momento para
211 criação de novas Unidades Acadêmicas e sim a consolidação das que já existiam. Disse que
212 esta foi a deliberação do Conselho na época e acreditava que a posição não havia mudado até
213 aquele presente momento. Acreditava que esta deveria ser a indicação do Conselho. Sem mais
214 manifestações, o senhor presidente colocou o assunto em regime de votação e foi aprovado o
215 parecer do CDTEC, para não criação do Centro, com algumas abstenções. A seguir o senhor
216 presidente informou que no seguimento estava descrita uma série de aprovações emitidas “ad
217 referendum”, que havia sido levado a tomar pela urgência desta aprovação: **Item 05: Processo**
218 **nº 23110.003433/2013-06 do Curso de Tecnologia em Gestão Ambiental – portaria de criação**
219 **do curso de Tecnologia em Gestão Ambiental (Homologar criação “ad referendum”).** Informou
220 que o Conselho Universitário já havia criado o Curso Superior de Tecnologia em Gestão
221 Ambiental, com sede fora de Pelotas, com funcionamento em Pinheiro Machado.
222 Posteriormente o curso passou a funcionar também em Pelotas. A equipe do MEC viria avaliar
223 os curso de Pelotas e foi decidido aprovar a criação deste curso de forma emergencial. A
224 conselheira Gladis perguntou a que Unidade o curso estava atrelado, ao que o senhor presidente
225 respondeu que estava lotado no CIM. A conselheira Celeste solicitou a informação a respeito da
226 estrutura do curso, pois a Universidade estava vivendo um momento importante de precarização
227 e estavam criando novos cursos. Sabia que existiam vários cursos na Universidade funcionando
228 de maneira bem precária e gostaria de entender como estava a situação deste. O senhor
229 presidente solicitou trazer os dados na próxima reunião do Conselho, pois este curso já estava
230 em andamento e naquele momento não teria dados completos para informar. O conselheiro
231 Odir Dellagostin sugeriu que o assunto fosse retirado de pauta e analisado na próxima reunião,
232 quando tivessem mais detalhes. O conselheiro Antonio Cruz forneceu algumas informações,
233 para auxiliar o esclarecimento dos conselheiros: O curso de Pelotas estava ligado ao de Pinheiro
234 Machado, que contava com 150 alunos e professores regulares, que se deslocavam diariamente
235 de Pelotas para aquela cidade, em uma vã da Universidade, o que acarretava custos
236 consideráveis para a Instituição. O curso de Pelotas contava com 120 alunos que assistiam aulas
237 no prédio do IFM, localizado na Rua Andrade Neves. Não entendia que outras colocações
238 deveriam ser mais acrescentadas, para que a homologação acontecesse. Após várias
239 manifestações de outros conselheiros, o conselheiro Odir Dellagostin, disse que no momento
240 em que fizera a sugestão, não havia pensado em prejudicar o curso e colocou que deveriam
241 homologar e o assunto fosse melhor esclarecido na próxima reunião. A conselheira Celeste
242 disse que não seria ela a causar prejuízo para qualquer curso. Disse que queria deixar registrado
243 seu descontentamento com o fato, pois já haviam vivido situações semelhantes no passado, de
244 ter de aprovar o que já estava concretizado. Disse que esperava que fossem evitadas situações
245 como esta, para que não tivessem de votar em algo que os conselheiros não tivessem certeza de
246 como era realmente. O senhor presidente respondeu que não era costume da Administração
247 produzir ad referendum se não fosse absolutamente necessário, mas precisava homologar no
248 Conselho o que só existia por meio de Portaria. Colocado em regime de aprovação a
249 homologação foi aprovada por unanimidade pelo Conselho. **Item 06: Processo nº**
250 **23110.001527/2013-32 do Curso de Terapia Ocupacional – Mudança de lotação do Curso**
251 **(Homologar “ad referendum”).** O senhor presidente relatou que este curso havia sido criado por
252 este Conselho e estava sendo relatado para uma Unidade Acadêmica. O assunto havia sido
253 aprovado pelo COCEPE no dia quatro de abril, após concordância com o Conselho
254 Departamental da Faculdade de Medicina e do Colegiado do Curso. O conselheiro Brettas
255 perguntou se isso implicaria a relocação dos professores e alunos do curso ao que o senhor
256 presidente respondeu afirmativamente, sendo que os professores ficariam lotados nos
257 Departamentos já existentes, não implicando a criação de novos Departamentos. Colocado em
258 regime de votação, o processo foi homologado, com dois votos contrários e duas abstenções.
259 **Item 07: Processo nº 23110.000362/2013-81 da Pró-Reitoria de Planejamento e**
260 **Desenvolvimento – Emissão de Portaria de Mudança de lotação do Curso de Psicologia**

AT.



261 (Homologar criação “ad referendum”). O senhor presidente relatou que este curso havia sido
262 chamado pela atual Administração, para discutir sua lotação e os alunos e docentes optaram por
263 ficarem na Faculdade de Medicina, que foi favorável, através de reunião do CD e o COCEPE
264 também aprovou em reunião do dia dois de maio de 2013, conforme indicação do Colegiado do
265 Curso e do CD da FaMed. Não havendo manifestações, o assunto foi colocado em regime de
266 votação, sendo aprovado com abstenções. **Item 08:** Resolução nº 05/2013 (Homologar “ad
267 referendum”). O relator explicou que a Resolução tratava do processo de escolha dos
268 representantes técnico-administrativos para a eleição para o período 2013/2015. Disse que o
269 Conselho Universitário em 1992 emitiu Resolução que define o processo de escolha dos
270 representantes dos servidores técnico-administrativos. O processo é chamado pelo Vice-
271 Presidente do CONSUN, mas tem a participação da ASUFPEL, que solicitou uma alteração do
272 artigo quarto que tratava do horário de funcionamento das urnas. Foi solicitada a alteração do
273 horário, para ampliar a participação dos servidores no processo de eleição. Leu a redação do
274 artigo 4º, que seria alterado: “A eleição será realizada em um dia, no horário compreendido
275 entre as seis horas e vinte horas, cabendo à junta eleitoral a definição sobre o horário de
276 funcionamento de cada uma das urnas, respeitando a especificidade apresentada pelos locais
277 de votação”. Colocada em regime de votação a Resolução foi aprovada por unanimidade. **Item**
278 **09:** Resolução nº 06/2013 – Registro de identidade social de estudantes, técnico-administrativos
279 e docentes (Processo nº 23110.000782/2013-68). O relator falou que, em seis de fevereiro deste
280 ano, a Pró-Reitoria de Graduação havia iniciado a tramitação de um processo visando, já no ato
281 da matrícula do SESu de 2013, permitir que os estudantes pudessem fazer o registro de seu
282 nome social junto aos documentos oficiais da Universidade. A solicitação havia sido
283 encaminhado para a Procuradoria Geral da UFPEL e ao longo desta tramitação a Administração
284 recebeu documento do Diretório Central de Estudantes - DCE, na mesma direção, solicitando
285 também que a Universidade pudesse adotar o registro de identidade social dos estudantes.
286 Havia recebido o parecer da AGU e ficara sabendo de uma resolução da Universidade de
287 Brasília que aperfeiçoava o tratamento deste tema e foi solicitada a análise pela Procuradoria
288 desta Resolução da Fundação Universidade de Brasília, que depois de considerá-lo emitiu
289 parecer definitivo se colocando favorável à possibilidade da emissão de uma Resolução do
290 CONSUN, nos termos que estavam sendo apresentados. Disse ser um histórico importante,
291 visto as grandes reivindicações em movimentos estudantis pelo Brasil, com o claro objetivo de
292 evitar constrangimentos e qualquer tipo de exclusão. Fez a leitura da Resolução:
293 “RESOLUÇÃO nº 06 DE 29 DE JULHO DE 2013. O Presidente do Conselho Universitário -
294 CONSUN, Professor Mauro Augusto Burkert Del Pino, no uso de suas atribuições legais;
295 CONSIDERANDO o artigo 5º da Constituição Federal que afirma textualmente ‘Todos são
296 iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos
297 estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à
298 segurança e à propriedade; CONSIDERANDO a solicitação de ‘Orientação sobre o
299 procedimento para efetuar o registro de nome social de alunos Transexuais no Sistema
300 Acadêmico’, consulta a Procuradoria Jurídica pelo Departamento de Registros Acadêmicos,
301 em 06/02/2013 e o parecer jurídico nº 235/2013/PF-UFPEL/PGF/AGU, de 21/05/2013, bem
302 como o parecer PJU nº 322/2012. RESOLVE: APROVAR “ad referendum” do Conselho
303 Universitário o que segue: Todos os órgãos internos encarregados dos registros dos
304 estudantes, servidores técnico-administrativos e professores da Universidade Federal de
305 Pelotas (Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Pró-Reitoria de Extensão e Cultura, Pró-
306 Reitoria de Assuntos Estudantis, Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas, Coordenadoria de
307 Registro Acadêmico, Coordenações e secretarias dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação
308 lato sensu e stricto sensu - Especialização, Mestrado e Doutorado), devem manter arquivo
309 reservado com a identidade civil e número de matrícula e/ou de registro funcional; Todos os
310 órgãos internos encarregados dos registros dos estudantes, servidores técnico-administrativos
311 e professores da Universidade Federal de Pelotas devem substituir a identidade civil pela
312 identidade social seguida de número de matrícula ou SIAPÉ em documentos e arquivos
313 públicos (listas de chamada, carteira de identificação de estudante, carteira de identificação

✶



314 *funcional, lista de participante de programa de benefício, entre outros), sempre e somente a*
315 *pedido do (a) interessado (a); O pedido para substituição da identidade civil pela identidade*
316 *social deverá ser feito diretamente no órgão de registro vinculado, por escrito e assinado*
317 *pelo(a) interessado(a); Os órgãos internos encarregados dos registros dos estudantes,*
318 *servidores técnico-administrativos e professores da Universidade Federal de Pelotas (Pró-*
319 *Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Pró-Reitoria de Extensão e Cultura, Pró-Reitoria de*
320 *Assuntos Estudantis, Pró-Reitoria de Recursos Humanos, Departamento de Registro*
321 *Acadêmico, Coordenações e secretarias dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação lato sensu*
322 *e stricto sensu - Especialização, Mestrado e Doutorado) devem executar integralmente a partir*
323 *do 2º semestre letivo de 2013. Secretaria dos Conselhos Superiores, aos vinte e nove dias do*
324 *mês de julho de 2013. Prof. Mauro Augusto Burkert Del Pino, Presidente do CONSUN”.*
325 *Deixou a palavra em aberto para manifestações. Em resposta ao questionamento de como seria*
326 *feito o registro nos diplomas, o senhor presidente respondeu que neste constaria o nome civil, a*
327 *Resolução serviria apenas para os órgãos internos, a menos que o aluno fizesse a troca de seu*
328 *nome oficialmente. O conselheiro Maurício Pelegrini se manifestou no sentido de que*
329 *considerava um grande avanço da Universidade a emissão desta Resolução, pois a UFPel tem*
330 *um considerável número de transexuais. Falou que outros estudos deveriam ser feitos, como por*
331 *exemplo a questão de banheiros, que para essas pessoas é algo que não é muito tranquilo.*
332 *Solicitou que ficasse registrado o nome do aluno que escreveu o projeto, Maycon Moreira,*
333 *representante discente no Conselho, mas que não pôde estar presente na reunião. Lembrou que*
334 *a FURG já adotara este procedimento. Colocada em regime de votação, a Resolução foi*
335 *aprovada com duas abstenções. **Item 10: Constituinte Universitária:** O senhor presidente*
336 *solicitou ao Conselho a autorização para participação do Professor Alvaro Hypólito, para relatar*
337 *a apresentação d proposta, para darem início às discussões sobre o tema. Falou que estaria*
338 *distribuindo a proposta para o processo constituinte, sendo documento inicial para que*
339 *pudessem dar início às discussões em torno deste importante tema que vinha sendo reivindicado*
340 *pela Comunidade Acadêmica, que era a reestruturação de seu ordenamento legal, que*
341 *remontam a segunda metade do século vinte, exatamente do ano de 1969 e desta data até o*
342 *presente muitas alterações já se fizeram na sociedade e em todo nosso país, nos aspectos*
343 *sociais, culturais e econômicos e culturais. A idéia era de que pudessem tornar a Universidade*
344 *mais condizente com o seu tempo e mais habilitada para tratar cientificamente da produção do*
345 *conhecimento e da relação que deveremos estabelecer com o mundo do trabalho e que, em*
346 *especial no século vinte e um, vem se modificando de forma bastante acelerada e essa*
347 *dinamicidade implica também em um conjunto de normas, um regimento e um Projeto*
348 *Pedagógico Institucional em acordo com as necessidades contemporâneas. Ao longo do ano*
349 *anterior, durante o processo eleitoral este tema havia sido profundamente debatido por todos os*
350 *candidatos e eles, representado aquele debate, se propuseram a apresentar ao CONSUN, para*
351 *deflagrar um processo constituinte, que previa as profundas reflexões sobre as necessidades da*
352 *Universidade e a partir daí a produção de um novo Projeto Pedagógico Institucional e a partir*
353 *deste traçar um Projeto de Desenvolvimento Institucional - PDI que é um dos instrumentos*
354 *importante para avaliação dos cursos de graduação que ainda não havia sido elaborado e*
355 *aprovado pelo Conselho Universitário. Solicitou que um dos conselheiros fizesse a leitura do*
356 *documento: “PROPOSTA PARA O PROCESSO CONSTITUINTE DA UNIVERSIDADE*
357 *FEDERAL DE PELotas – DOCUMENTO INICIAL PARA O CONSELHO UNIVERSITÁRIO.*
358 *1. Introdução: No contexto atual de profundas modificações culturais, científicas, sociais,*
359 *políticas e econômicas por que passam as sociedades brasileira, latino-americana e mundial, a*
360 *universidade deve ser repensada para rearticular o seu projeto como instituição científica e*
361 *acadêmica, comprometida com o desenvolvimento social e com as mudanças requeridas para*
362 *uma sociedade menos desigual e mais justa e solidária. A reestruturação produtiva, as*
363 *inovações tecnológicas e a globalização avançam para uma sociedade do trabalho cada vez*
364 *mais implicada com o conhecimento, a produção científica e a formação de profissionais*
365 *capazes de intervir e atuar nesse contexto. A possibilidade da democratização do conhecimento*
366 *torna-se muito mais acessível e viável, porém ainda distante de amplas camadas sociais, dada*

At.



367 *a profunda desigualdade social que vivenciamos. Cabe à universidade pública somar-se a um*
368 *projeto científico e social comprometido com um desenvolvimento social abrangente,*
369 *economicamente mais justo, politicamente democrático, cientificamente inclusivo e*
370 *ambientalmente sustentável. A Universidade Federal de Pelotas, por sua trajetória regional,*
371 *deve estar atenta às necessidades, aos desafios e aos avanços sociais, culturais e econômicos*
372 *da realidade local e, por sua natureza institucional, aos avanços científicos e culturais que se*
373 *fazem na sociedade global. Para uma universidade, para todos que nela estudam e trabalham,*
374 *não resta outra função senão pensar e agir local e globalmente. Nesse ambiente a universidade*
375 *tem a tarefa de pensar a si mesma para enfrentar os desafios do século XXI. Dentre esses*
376 *desafios impõe-se à comunidade acadêmica uma atualização das formas, normas e estruturas*
377 *de regramento da UFPel. A universidade, como instituição secular, sempre esteve organizada*
378 *a partir da autonomia e da participação ativa da sua comunidade, muito embora regimes*
379 *autoritários sempre tenham buscado reduzir essa autonomia e tentado determinar suas formas*
380 *de organização e de governo. As comunidades acadêmicas têm resistido a essas investidas e*
381 *lutam para garantir formas democráticas de decidirem seus destinos. É nesse cenário que a*
382 *CONSTITUINTE UNIVERSITÁRIA se apresenta. A UFPel está regulada por uma estrutura*
383 *normativa desatualizada para esse novo contexto e ainda guarda resquícios de uma legislação*
384 *autoritária, do período da reforma universitária imposta pelo Regime Militar – portanto,*
385 *anteriores à Constituição atual –, que têm sido determinantes para manter a Universidade*
386 *apartada dos desafios do seu tempo e com vestígios de conservadorismo. Reposicionar a*
387 *UFPel no cenário local, regional e global, a fim de atender aos nossos desafios*
388 *contemporâneos, exige uma profunda mudança nos seus estatutos e regimentos, na constituição*
389 *maior de sua institucionalidade. Por menos evidente que possa parecer, o impulso ao ensino, à*
390 *pesquisa e à extensão em uma perspectiva de Universidade criticamente sincronizada a esse*
391 *contexto, cumprindo seu papel no desenvolvimento social, científico, político e econômico da*
392 *sociedade, passa por uma revitalização das suas estruturas ora vigentes. Daí a importância e o*
393 *papel estruturante de uma “Constituinte” que venha a configurar uma nova ordenação*
394 *normativa para a UFPel. Este processo não pode ser apenas “estatuante”: é preciso construir o*
395 *Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI),*
396 *ferramentas fundamentais para o processo de mudança a que a UFPel está chamada a trilhar*
397 *se quiser enfrentar com êxito os desafios do nosso tempo. Importa destacar, portanto, o*
398 *necessário compromisso da comunidade acadêmica da UFPel com este processo. No recente*
399 *pleito democrático de escolha para Reitor este foi um dos temas muito debatidos e a*
400 *comunidade manifestou objetivamente seu descontentamento com o atual conjunto de normas*
401 *que regem a instituição. A Constituinte, como forma de recriar a estrutura normativa da*
402 *UFPel, foi mais do que um compromisso programático do Movimento Reconstrução e do atual*
403 *Reitor: foi uma decisão da comunidade para construir uma nova Universidade. Este é um*
404 *compromisso inarredável da atual gestão da UFPel. 2. Pressupostos: A fim de construir um*
405 *processo sólido, consistente, profundo e legítimo é crucial que a constituinte esteja baseada em*
406 *pressupostos democráticos e participativos. Desde a aprovação da Constituição Brasileira, de*
407 *1988, a gestão democrática e a autonomia universitária fazem parte da vida educacional em*
408 *nosso país. Isso foi reafirmado, com toda a clareza possível, na Lei n. 9394/1996, inciso VIII*
409 *do art. 3º. e no art. 56, onde os princípios da gestão democrática estão apresentados como*
410 *exigência. Decorre desses pressupostos que a vida universitária deve se constituir em um*
411 *espaço de democracia, a qual não deve ser somente um pressuposto legal, mas um espaço de*
412 *aprendizagem. A vida universitária configura-se como ambiente de convivência e socialização*
413 *determinante para a vida futura da comunidade universitária e estudantil. É também um*
414 *espaço de convivência social e política em que estudantes, docentes e técnico-administrativos*
415 *vivenciam a cidadania. Mais do que um locus de democracia e de socialização do*
416 *conhecimento, a vida nos campi universitários deve se constituir em um processo pedagógico*
417 *de práticas cidadãs. Ora, não se aprende democracia sem prática democrática. Para tanto, é*
418 *vital o envolvimento ativo e participativo de toda a comunidade acadêmica, participação de*
419 *todos os que estudam e trabalham na universidade. Todavia, isso não será suficiente sem o*

11.



420 *envolvimento e a participação de segmentos da sociedade civil organizada. A universidade*
421 *pública, como instituição patrocinada e financiada pela sociedade, deve não somente uma*
422 *retribuição, em termos de prestação de contas, mas fundamentalmente deve auscultar a*
423 *sociedade para adequar suas finalidades aos anseios e necessidades sociais. Enfim, a*
424 *constituente deve ser orientada por discussões amplas e participativas, mas sem perder a*
425 *objetividade que deve ter um processo legislativo instituidor das regras e normas de uma*
426 *universidade. Deve estar regulada por princípios éticos e democráticos, guiados pelo caráter*
427 *amplo e participativo da democracia e por um processo envolvente que permita e promova*
428 *uma comunidade ativa. Para o sucesso de tal empreitada há a necessidade de um compromisso*
429 *institucional com o processo participativo. O compromisso da administração central da UFPel,*
430 *dos conselheiros dos órgãos colegiados, dos dirigentes de todas as unidades e das entidades de*
431 *classe (ASUFPel, DCE e ADUFPel) será imprescindível para que a universidade possa ter um*
432 *novo Projeto Institucional e um novo ordenamento de poder, mais democrático e participativo,*
433 *que a coloque na posição que deve estar uma universidade pública, gratuita e com qualidade.*
434 *3. Metodologia: A proposta de metodologia aqui apresentada inclui como pressuposto uma*
435 *ampla mobilização da comunidade universitária, que se inicia com a apresentação da*
436 *discussão da constituinte no Conselho Universitário, com a divulgação e validação da*
437 *proposta de trabalho na comunidade acadêmica, e com a apreciação, pelo CONSUN, do*
438 *cronograma e de orientações gerais de todo o processo. Após a proposta metodológica da*
439 *Constituinte Universitária ser debatida e aprovada pelo CONSUN, haverá também a imperiosa*
440 *necessidade de realização de amplos debates nas unidades acadêmicas e setores*
441 *administrativos para que a comunidade universitária possa aprofundar as discussões sobre o*
442 *Projeto Institucional (PPI e PDI) da Universidade e o novo ordenação normativa da UFPel*
443 *(Estatuto e Regimentos). Parte importante desse processo de debates e estudos é a organização*
444 *de seminários temáticos para subsidiar a comunidade sobre os principais temas a serem*
445 *debatidos. Para subsidiar as discussões sobre esses temas, a Administração tomará a seu*
446 *cargo o planejamento e a execução de um programa de debates com a participação de*
447 *especialistas de renome, abordando as seguintes questões: Universidade e sociedade na*
448 *contemporaneidade; O perfil do egresso e a concepção de formação acadêmica; O desafio da*
449 *ampliação do acesso e da permanência com qualidade acadêmica; A articulação entre ensino,*
450 *pesquisa e extensão como base formativa; O perfil docente e do técnico-administrativo em*
451 *educação e a política de desenvolvimento profissional; A estrutura universitária e a*
452 *democratização da gestão frente à concepção de formação acadêmica. Os seminários deverão*
453 *ocorrer entre agosto e dezembro do corrente ano e as atividades acadêmicas serão suspensas*
454 *durante o horário de sua realização. 4. Eleição da Constituinte: 4.1. Período: A eleição*
455 *ocorrerá nos meses de janeiro e fevereiro de 2014, compreendendo períodos específicos para*
456 *inscrição de chapas, campanha e sufrágio. Ao longo do segundo semestre, a Comissão*
457 *Eleitoral (ver item 4.3.) deverá produzir um regimento eleitoral, tomando em consideração as*
458 *orientações básicas fixadas pelo CONSUN. 4.2. Regramento eleitoral para a Constituinte: O*
459 *processo eleitoral deve ser regulado a partir dos seguintes critérios e princípios básicos:*
460 *Eleições nos três segmentos, com listas ("chapas") específicas por segmento (estudantes votam*
461 *em estudantes, professores em professores, técnicos em técnicos). É livre a formação de*
462 *coalizões de listas de diferentes segmentos. Não será permitida a participação em mais de uma*
463 *lista. Cada segmento elegerá 15 (quinze) representantes constituintes. Os constituintes serão*
464 *eleitos com base na proporção dos votos recebidos por cada lista, em cada segmento. As listas*
465 *serão inscritas com um mínimo de 15 (quinze) e um máximo de 30 (trinta) nomes. A ordem de*
466 *apresentação dos nomes definirá a ordem de ingresso dos constituintes de cada lista. Por*
467 *exemplo: uma lista que receba 20% dos votos em seu segmento terá direito a três (3)*
468 *constituintes, que serão os três primeiros indicados da lista. A inscrição das listas deverá*
469 *conter o nome completo do candidato e o número do SLAPE (em caso de servidor) ou o número*
470 *de matrícula (em caso de estudante), bem como texto assinado pelos candidatos, contendo as*
471 *propostas a serem apresentadas durante o processo eleitoral. Reitor e Vice-Reitor serão*
472 *membros natos da Constituinte. 4.3. Coordenação do processo eleitoral: A Comissão Eleitoral*

17.



473 do Processo Constituinte da UFPEL será composta por nove membros: - Três membros
474 indicados pela Administração Central (o Coordenador de Processos Participativos da UFPEL,
475 mais dois servidores); - Três membros indicados pelo Conselho Universitário (sendo um
476 docente, um técnico e um discente); - Três membros indicados pelas entidades representativas
477 dos segmentos (ADUFPEL, ASUFPEL, DCE-UFPEL). 4.4. Participação da comunidade
478 externa: Durante os primeiros 60 (sessenta) dias de seu funcionamento, a Constituinte deverá
479 realizar um conjunto de audiências, reunindo diferentes segmentos da comunidade externa que
480 – com base nos programas apresentados pelas listas, no debate eleitoral e no documento-base
481 da comissão especial do CONSUN – deverão manifestar suas posições acerca da formulação
482 do PPI, do PDI e do novo estatuto da UFPEL. Essas audiências deverão reunir a Constituinte
483 com os seguintes grupos de atores: Prefeitos da região de influência da UFPEL e
484 representante do Governo Estadual; Representantes das Câmaras de Vereadores da região;
485 Representantes dos Conselhos Municipais de Educação da região e do Conselho Estadual de
486 Educação; Conselho Regional de Desenvolvimento (COREDE) e representantes do Conselho
487 Estadual de Desenvolvimento; Representantes das entidades sindicais da região;
488 Representantes dos fóruns de movimentos sociais da região; Representantes das entidades
489 empresariais da região. Cada uma dessas audiências poderá eleger 1 (um) representante, que
490 poderá participar como observador convidado da Constituinte, com direito a voz, mas sem
491 direito a voto. Estas entidades serão notificadas do convite antecipadamente ao início do
492 processo constituinte, pela Coordenação de Relações Interinstitucionais, para que possam
493 acompanhar de forma atenta o desenvolvimento dos debates desde o início do processo. 4.5.
494 Elaboração do texto base: A fim de auxiliar o trabalho parlamentar da Constituinte
495 Universitária, uma Comissão Especial de Textos Básicos será formada para a elaboração de
496 minutas dos seguintes documentos: PPI, PDI e Estatuto. Esta comissão será constituída por
497 membros do CONSUN eleitos entre seus pares, na seguinte composição: o Reitor; dois (2)
498 docentes; dois (2) técnico-administrativos; dois (2) estudantes. A comissão deverá iniciar seu
499 trabalho imediatamente após a aprovação da proposta pelo CONSUN e deverá apresentar a
500 versão final dos textos básicos em até 60 (sessenta) dias após a eleição dos constituintes. A
501 formulação dos textos deverá levar em consideração: os subsídios dos seminários temáticos, as
502 propostas apresentadas pelas chapas, os debates eleitorais e a composição da Constituinte
503 (expressa pelo peso de cada proposta no resultado final da eleição). Caberá ao plenário da
504 Constituinte avaliar soberanamente a utilização (total, parcial, nula) dos textos básicos
505 produzidos pela Comissão. 4.6. Cronograma: Submissão da proposta ao CONSUN- Jul 2013;
506 Discussão da proposta na universidade e Aprovação no CONSUN - Ago 2013; Seminários
507 temáticos de subsídio ao debate - Ago-Dez2013; Processo eletivo da Constituinte - Jan-
508 Fev2014; Férias acadêmicas 2013/II-2014/I - Mar 2014; Consulta às organizações da
509 comunidade externa e finalização dos textos básicos (comissão especial) Abr-Mai 2014;
510 Elaboração dos textos finais pela Constituinte - Jun-Dez 2014". Após uma hora e trinta e cinco
511 minutos de colocações e manifestações por parte dos conselheiros o senhor presidente disse que
512 saía da reunião muito contente e entusiasmado, pela receptividade que o Conselho demonstrara,
513 para darem início ao debate e também com o comprometimento explicitado por todos os
514 conselheiros, que registraram, através de suas falas, entusiasmo e comprometimento com o que
515 a comunidade esperava de todos, que era a reformulação do Estatuto e a construção de um bom
516 Projeto Pedagógico para a Universidade. Disse que não queria entrar no mérito das questões,
517 pois acreditava que cada um tinha sua representação e iria fazer debates com seus pares e iria se
518 legitimar trazendo questões, formulações, sugestões, visando aprimorar o que havia sido
519 apresentado, mas havia tomado a responsabilidade de levar para o Conselho uma metodologia,
520 que no seu entendimento estava adequada, para facilitar o debate e que pudessem colher das
521 reflexões que fariam até a próxima reunião sugestões que aprimorassem e permitissem
522 vivenciar uma constituinte mais democrática possível. Disse ainda que gostaria de fazer mais
523 algumas colocações que acreditava serem importantes, pois haviam surgido algumas dúvidas
524 das falas dos conselheiros: a composição da constituinte, ela necessariamente não tem de
525 atender a composição dos instrumentos legais que conformam os Conselhos Superiores. A

AT.



526 constituinte vai receber uma delegação de poder, que no final retornará para o CONSUN, para
527 aprovar segundo a legislação. Nada impedia legalmente que a constituinte fosse paritária. Ao
528 contrário. Em relação à Comissão Própria de Avaliação, esta já havia sido instituída e já havia
529 avaliado uma das dimensões e apresentado à Administração um Regimento para os seus
530 trabalhos e este foi endereçado à Comissão de Legislação e Normas do CONSUN e esperava
531 que na próxima reunião do Conselho pudesse trazer o processo para ser aprovado, pois este
532 propõe uma comissão permanente para a Comissão Própria de Avaliação e a partir daí esta seria
533 constituída. Em relação à parte jurídica esta estaria sempre sendo acompanhada pela Advocacia
534 Geral da União e qualquer dúvida que merecesse um parecer jurídico estariam subsidiando e
535 trazendo para o Conselho. Com isso agradeceu por este ponto de pauta e marcou o prazo de um
536 mês para se reunirem novamente e definir as questões colocadas. A conselheira Vanessa
537 solicitou que o documento fosse enviado a todos os conselheiros, para que pudessem ter a
538 conversa com os seus pares. **Item 11: Outros Assuntos:** 1) Eleições do Hospital Escola, assunto
539 que fora solicitado pelo conselheiro Maurício Pelegrini. Disse que rapidamente iria dar o
540 informe de como havia sido estabelecida a eleição. Na verdade, na campanha eleitoral do ano
541 que passou, havia percorrido o HE, por diversas vezes e sempre haviam reivindicada a
542 possibilidade de que os trabalhadores ali lotados pudessem escolher a sua Direção.
543 Reivindicavam que esse direito fosse dos trabalhadores do HE. Foram feitos alguns debates ao
544 longo da campanha no local e ele, juntamente com o Professor Carlos Mauch, haviam se
545 comprometido que, ao assumirem a Administração, fariam esse processo eleitoral. Foi
546 constituída uma comissão formada por um ou dois representantes da Administração,
547 representantes dos trabalhadores da FAU, que também reivindicavam votar e representantes dos
548 trabalhadores do HE. Portanto, uma comissão tripartite, que apresentou um regimento eleitoral
549 e esse previa o voto universal e a participação na eleição de todos os estudantes que estivessem
550 tendo disciplinas de graduação ou de pós-graduação no HE e também de todos os professores,
551 de qualquer curso da Universidade, que estivesse ministrando alguma disciplina no HE. Em
552 termos de possibilidade de votar, tanto os técnicos com RJU quanto os da FAU, que atuasse no
553 HE, e qualquer estudante de curso de graduação, pós-graduação ou Residência Médica que lá
554 estivesse estudando e também qualquer professor de qualquer Unidade Acadêmica que
555 estivesse lá desenvolvendo suas atividades. Havia formulado uma concepção não apenas de
556 Diretor, mas especificamente de equipe diretiva, pela especificidade técnica do HE. A
557 recomendação à comissão que havia elaborado o Regimento foi de que desse garantias para que
558 a Administração pudesse, ao final do processo eleitoral, nomear efetivamente uma equipe que
559 tivesse condições de administrar o HE, que é uma Unidade extremamente complexa, com suas
560 especificidades, cujo orçamento é deficitária na ordem de doze milhões ao ano. O Regimento
561 estabeleceu a eleição direta para uma equipe que seria a Direção do hospital, que deveria ser
562 servidor(a) da Universidade lotado no HE; estabelecia algumas condições para a Direção e
563 depois uma Direção de ensino, pesquisa e extensão para fazer com as Unidades Acadêmicas
564 deveria ter pelo menos Mestrado, para poder acompanhar os projetos de pesquisa; um Diretor
565 Técnico, neste caso também do HE específico quanto à legislação deveria ser médico. Logo,
566 atendendo a especificação daquele coletivo, os servidores lotados no hospital, a exemplo do que
567 acontece nas Unidades Acadêmicas. Esse processo se deu ao longo do mês de julho e entre o
568 lançamento do edital e as eleições ocorreram doze dias. Gostariam de ter tido muito mais
569 tempo, mas haviam sido surpreendidos pelo final do semestre letivo do curso de Medicina, que
570 acabou no dia trinta e um de junho e ao saber disso, haviam deflagrado o processo, pois
571 algumas turmas voltariam a atuar somente em outubro, para a unificação do calendário
572 acadêmico, pois naquele momento a Agronomia, Faculdade de Direito e Medicina possuíam
573 calendário diferenciado e a expectativa era de unificá-lo a partir do primeiro semestre de 2014.
574 Logo, fariam a eleição naquele momento ou somente em outubro, para não excluir os
575 estudantes de Medicina. Como haviam se comprometido no início da gestão de fazer a eleição
576 em seis meses. Portanto o tema eleição não era nenhuma novidade e este era o prazo de que
577 dispunham para realizar. Nesse momento o conselheiro Maurício Pelegrini solicitou a palavra e
578 disse que não tinham mais o que fazer, visto que a eleição já havia acontecido, mas a única

71.



579 questão era que tinha acontecido de forma rápida e o que havia incomodado foi a pouca
580 divulgação no curto espaço de tempo e o fato de os professores não poderem participar da
581 composição das chapas diretivas, sendo isso muito prejudicial, visto que o hospital é um espaço
582 acadêmico, de ensino e pesquisa e também de extensão. Os espaços não estão sendo ocupados
583 pela Universidade na questão diretiva. O grande problema do hospital é que as Faculdades não
584 estão participando de fato das decisões. São apenas consultivas. Se perguntava para que
585 possuíam um hospital se os cursos que atuam nele não têm direito a voz e voto? Preocupava o
586 modelo de gestão como estava se dando atualmente, porque o grande argumento que se tem da
587 questão dos hospitais universitários no Brasil é o modelo de gestão que se tem e continuamos
588 insistindo nesse mesmo modelo de gestão onde as Faculdades não estão inseridas dentro desse
589 processo. As Faculdades que utilizam o espaço não conseguem opinar e ter voz ativa dentro do
590 sistema. Revelou que tem orientação no corredor do hospital porque a sala fica fechada
591 exclusivamente para a Residência da Oncologia e quando questionavam a direção do hospital
592 era respondido que nada poderiam fazer. Perguntou pelo processo participativo e ampla
593 discussão? A participação de fato das Faculdades que estão inseridas dentro do hospital em
594 relação aos espaços? Acreditava que isso deveria ser ampliado na discussão. O Conselho
595 deveria se posicionar no sentido de que não acontecessem mais processos desta forma.
596 Ressaltou que existem espaços na Universidade que deveriam servir de espaços pedagógicos e
597 não estão sendo utilizados. O hospital tem muito potencial e gostaria de ter maior abertura lá
598 dentro para atuar como estudante ou pesquisador. Vários cursos d Universidade poderiam estar
599 atuando dentro do hospital e citou vários cursos. Essa mudança é que deveria ser feita e
600 deveriam rever esses espaços e a forma como estão sendo utilizados. Isso começava pelo
601 processo de eleição de suas direções. A seguir, a conselheira Celeste fez sua colocação dizendo
602 que queria falar na linha do conselheiro Mauricio havia falado. Disse que também queria deixar
603 registrado seu descontentamento pela forma como ocorreu o processo de eleição. Já tivera
604 oportunidade de conversar com o Reitor e manifestado seu descontentamento, pois o edital
605 havia saído em uma terça-feira, a inscrição de chapas no sábado, a homologação no domingo e
606 a eleição ocorreu na quinta. Disse que poderia não haver nada de ilegal no processo, mas no
607 mínimo era pouco usual, fazendo com que as pessoas não tivessem o tempo hábil Pra poder
608 fazer as discussões. Era uma bandeira de campanha da atual Administração e por conta disso
609 esperavam que houvesse mais diálogo, mais discussão e mais possibilidade de estarem
610 colocando propostas de construção para o novo HE que todos imaginavam. A questão da
611 participação docente no processo era um complicador também, embora também soubesse que
612 não havia nada de ilegal na forma como fora construído o edital, porém se somos um HE,
613 porque não permitir que os professores também pudessem estar efetivamente construindo esse
614 processo. Tinham muita preocupação em relação a estas questões relacionadas ao HE e as
615 discussões de saúde, porque temos uma proposta é um modelo administrativo que não tem sido
616 falado claramente sobre ele e chegariam ao final do ano com uma perspectiva de demissão de
617 funcionários do HE e da implementação ou não da EBSERH junto ao Hospital Regional vai ser
618 construído para atender Pelotas e região, com 530 leitos. Não iria dizer que não queria um
619 hospital melhor equipado, que pudesse atender com mais qualidade dentro do Sistema Única,
620 mas sabia o que o Governo Federal tem feito para que a adesão à EBSERH se efetive e não
621 estavam fazendo também essa discussão, que foi compromisso da gestão eleita no final do ano
622 passado, quando haviam votado no afogadilho a adesão à EBSERH. Reafirmou que estava
623 registrando que a atitude de fazer um processo corrido, ainda que em onze ou doze dias não
624 servia para a proposta de diálogo que estava sendo colocada antes por esta Gestão. Disse que
625 queria reiterar isso ao Conselho Universitário, que esperava que o que havia acontecido com o
626 hospital não se repetisse também com o debate que precisava ser feito com relação à adesão à
627 EBSERH. O senhor presidente respondeu que essa eleição havia sido proposta de campanha e
628 compromisso dele e do Professor Mauch num ambiente historicamente anti-democrático, onde
629 nenhum tipo de trabalhador tinha acesso à Direção e muito menos havia um interlocução entre
630 hospital e Universidade. Na verdade o hospital era conhecido como Hospital da FAU e não da
631 Universidade. Havia se proposto a fazer a eleição e atender o pleito dos trabalhadores de lá, que

★



632 era votar e serem votados. Eles não estavam reivindicando que professores da Medicina ou da
633 Enfermagem devessem ser Diretores. Estavam pleiteando com a certeza de que tinham
634 capacidade técnica instalada para se conduzirem. Havia acreditado neles e apostado neles e
635 atualmente o hospital estava sendo muito bem conduzido. Também havia implementado uma
636 lógica que era a efetiva inserção acadêmica e que todas as ações e programas da sua Gestão.
637 Bastava ver a Farmácia Stratus, que no momento estava totalmente ao lado do Curso de
638 Farmácia, pois era uma farmácia privada, de uma fundação privada onde nenhum professor
639 ingressava. Onde apenas produtos eram feitos para o mercado e atualmente estava sendo
640 transformada em uma farmácia escola com uma gestão participativa do Curso de Farmácia. Da
641 mesma forma, estava a questão do hospital, pois na sua concepção de saúde, ela não se dá
642 através da inserção acadêmica no hospital e sim, em todas as etapas de atenção à saúde, que
643 implica em unidades básicas de atenção à saúde, ambulatório, hospital, CAPES e de forma a
644 integrar esse conjunto de instituições via SUS, criaram uma rede de atenção à saúde UFPel
645 onde todos os cursos de saúde participam. Todos os professores são chamados a participar da
646 Rede Saúde UFPel e já havia sido feito um grande seminário justamente para discutir todos os
647 pontos de atenção à saúde que impliquem efetivamente em atenção curricular e formação de
648 profissionais de qualidade não para o mercado, mas para a sociedade e quando se fala em
649 formação de profissionais para a sociedade se fala para atender o SUS, cuja porta de entrada
650 não é o hospital e esta é uma visão equivocada pensar que a entrada é no hospital, mas o certo é
651 nas unidades básicas de saúde, que estavam valorizando e tentando ampliá-las em comum
652 acordo com a Faculdade de Medicina. Outra forma de inserção acadêmica era justamente a
653 Rádio Federal FM. O conselheiro Maurício Pelegrini estava participando de forma inédita em
654 um conselho que é o Conselho de Gestão da rádio que precisa ainda da construção de um
655 Regimento, mas a própria tem um conjunto grande de bolsistas do Curso de Jornalismo,
656 professores que atuam na Rádio e usam o estúdio da Rádio de forma didática. A idéia era
657 justamente possibilitar uma perfeita integração entre política de gestão e política acadêmica e
658 queriam que o hospital fosse mais um dos elementos importantes nesta simbiose que tinha que
659 se dar de forma indissociada ensino, pesquisa, extensão e gestão. Na questão da EBSERH, disse
660 que tem um compromisso programático e estavam discutindo e buscando a solução que era
661 efetivamente o grande objetivo de sua gestão que era o compromisso de implementar o hospital
662 e já havia sido constituída internamente uma comissão para construir uma metodologia de
663 debate sobre a questão, para que pudessem em breve se debruçarem sobre os documentos que a
664 EBSERH estava preparando em termos de adesão, contratualização que caberia também ao
665 CONSUN se pronunciar no momento adequado. A conselheira Celeste disse que não ficaria
666 em um bate rebate, mas acreditava ser importante que elencassem algumas questões: primeiro,
667 queria dizer a todos que era trabalhadora da saúde, sendo Enfermeira havia mais de vinte anos.
668 Havia ajudado a discutir a implementação das ações integradas no município e poderia afirmar
669 que não tinha a concepção de que o hospital era a porta de entrada do SUS, muito pelo
670 contrário, mas compreendia que ele fazia parte da estrutura de ensino desta Universidade e por
671 conta disso havia sido sua reivindicação de poder estar participando desse processo também.
672 Tinham uma séria de problemas com as Unidades básicas da Universidade que nunca haviam
673 sido discutidos. Talvez fosse o momento de discutirem. Não somente com a Faculdade de
674 Medicina, mas também com as outras Faculdades que têm envolvimento direto com a discussão
675 da saúde e até com aquelas que têm um envolvimento ao lado, teoricamente, como havia
676 mencionado o conselheiro Maurício, com vários outros cursos que não têm ação específica
677 direta na saúde, mas que têm implicações sobre. Acreditava ser isso importante colocar. A
678 segunda questão que queria lembrar ao Conselho era que quando haviam votado a adesão à
679 EBSERH, tiveram lido pelo próprio Professor Mauro, atualmente Reitor da UFPel, um
680 documento onde dizia que não concordava com a adesão, sem que houvesse ampla discussão.
681 Em maio, quando estivera no Gabinete solicitando audiência para conversar sobre isso o Reitor
682 havia dito que havia constituído uma comissão interna que estava elaborando uma pauta sobre o
683 tema e que em breve estariam fazendo essa discussão e estavam no final de julho, após dois
684 meses da conversa na Reitoria. Queria que o debate fosse feito e a decisão seria tomada, na

17.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
CONSELHO UNIVERSITÁRIO – ATA Nº 08/2013 – FLS. 14 de 14

685 medida em que as pessoas tivessem conhecimento e pudessem estar formulando suas posições.
686 Disse que temos, enquanto representante da comissão local contra a privatização da saúde e tem
687 promovido vários encontros para discutirem e não conseguiram um momento onde os
688 conselheiros pudessem esgotar os ouvindo novamente. O Reitor e o Vice-Reitor haviam estado
689 presentes nas reuniões. Acreditava que o importante era que o debate acontecesse e deveriam
690 fazer a discussão ir para a rua logo e não poderiam esperar novembro chegar para tomarem a
691 decisão, senão estariam novamente com a espada sobre suas cabeças, tendo que definir sobre o
692 destino de mais de 450 servidores que poderiam passar Natal e Ano Novo sem emprego, como
693 havia sido dito no ano anterior pelo então Reitor Cesar Borges. Queria apenas manifestar que
694 Este precisava ser feito e as pessoas precisavam saber do que significava ter uma empresa
695 pública de caráter privado administrando a Universidade. Precisavam entender o que significa
696 um hospital escola onde um professor não tem nenhum tipo de ingerência sobre a discussão,
697 pois não era um hospital que faz meramente assistência e sim, um hospital de ensino.
698 Precisavam saber o que significa para esta Universidade ter um hospital universitário novo que
699 já estava com uma proposta de oito ou dez andares, o que significava na medida de quem iria
700 administrá-lo. Acreditava que o Conselho não poderia se furtar dessa discussão. Queria reiterar
701 o apelo para que a comissão apresentasse um cronograma mais rápido, para que pudessem ter
702 pautado o assunto publicamente e as pessoas pudessem estar formulando suas questões, fazendo
703 debate e tomar suas resoluções de uma forma mais acertada. O senhor presidente colocou que a
704 Administração estava se reunido dioturnamente fazendo discussões, lançando editais e não se
705 furtava a produzir política acadêmica de ensino, pesquisa e extensão e a constituinte estava ali
706 para mostrar isso. Oportunamente estariam retomando este tema. Sem mais a tratar, o senhor
707 presidente agradeceu a todos e deu por encerrada a reunião às dezoito horas do que para
708 constar, eu Roseméri Roseméri Gomes Gonçalves, Secretária dos Conselhos Superiores,
709 lavrei a presente Ata que, depois de aprovada, foi igualmente assinada pelo senhor presidente.

Roseméri Gomes Gonçalves